



Faculdade Anísio Teixeira de Feira de Santana

Autorizada pela Portaria Ministerial nº 552 de 22 de março de 2001 e publicada no Diário Oficial da União de 26 de março de 2001.
Endereço: Rua Juracy Magalhães, 222 – Ponto Central CEP 44.032-620
Telefax: (75) 3616-9466 - Feira de Santana-Bahia
Site: www.fat.edu.br E-mail: fat@fat.edu.br
CGC: 01.149.432/0001-21

PROGRAMA DE DISCIPLINA

CURSO	ANO LETIVO
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	2015.2
CÓDIGO	DISCIPLINA
CSA064	LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA
CARGA HORÁRIA	SEMESTRE DE OFERTA
72H	5º

EMENTA

Fontes do Direito Tributário. Vigência, Aplicação e Interpretação da Legislação Tributária. Obrigação Tributária. Crédito Tributário. Garantias. Privilegio do Crédito Tributário. Processo Administrativo Tributário. Processo judicial Tributário. Impostos Federais, Estaduais e Municipais. Atividades Financeiras do Estado. Receitas e Despesas públicas. Sistema Tributário Nacional. Competência Tributária. Tributos.

OBJETIVOS

GERAIS

- Propiciar conhecimentos fundamentais acerca do Direito e Legislação Tributária;
- Identificar interseções, buscando a interdisciplinaridade entre esta disciplina e as demais integrantes da grade curricular do curso de Ciências Contábeis.

ESPECÍFICOS

- Examinar noções fundamentais relativas aos Direito e Legislação Tributária;
 - Analisar a Teoria Geral do Direito e Legislação Tributária
 - Identificar os impostos Federais, Estaduais e Municipais
- Compreender o funcionamento do Sistema Tributário pátrio previsto na Constituição

PERFIL DO EGRESSO

O egresso do curso de Ciências Contábeis da FAT deve estar apto a compreender as questões socioeconômicas nos diferentes modelos de organização e exercer o pleno

domínio das responsabilidades funcionais, envolvendo produção e utilização de relatórios contábeis, auditorias, perícias, arbitragens, domínio atuarial e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais. Espera-se que ele não apenas esteja apto a contribuir para que as organizações alcancem maior grau de eficácia, sob o ponto de vista econômico-financeiro, mas também possa tratar a Contabilidade como instrumento de apoio à cidadania. O pressuposto fundamental é o de que, neste limiar de século, as organizações devem ser exigidas a prestar contas mais amplas sobre os efeitos sociais de suas atividades.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 INTRODUÇÃO

- 1.1 O Direito Tributário como ramo do direito público
- 1.2 Atividade Financeira do Estado.
- 1.3 Histórico Legislativo brasileiro.
- 1.4 Conceitos básicos.

2 TRIBUTOS EM ESPÉCIE

- 2.1 Determinação da natureza jurídica do tributo
- 2.2 Impostos
- 2.3 Taxas
- 2.4 Contribuições de melhoria
- 2.5 Empréstimos compulsórios
- 2.6 Contribuições especiais

3 LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR

- 3.1 Relação tributaria como relação jurídica
- 3.2. Princípios Gerais Tributários
 - 3.2.1. Princípio da Irretroatividade
 - 3.2.2. Princípio da Legalidade Tributária
 - 3.2.3. Princípio da Anterioridade Anual
 - 3.2.4. Princípio da Anterioridade Nonagesimal
 - 3.2.5. Princípio da Isonomia
 - 3.2.6. Princípio da Capacidade Contributiva
 - 3.2.7. Princípio do Não-Confisco
 - 3.2.8. Princípio da Liberdade de Tráfego
 - 3.2.9. Princípio da Uniformidade Geográfica
 - 3.2.10. Princípio da Tributação Isonômica das Rendas das Obrigações da Dívida Pública e dos Vencimentos dos
 - 3.2.11. Agentes Públicos dos Estados, Distrito Federal e Municípios

- 3.2.12. Princípio da Proibição de Concessão de Isenções Heterônomas
- 3.2.13. Princípio da Progressividade
- 3.2.14. Princípios da Generalidade e da Universalidade
- 3.2.15. Princípio da não-discriminação quanta à procedência ou ao destino
- 3.2.16. Princípio da Territorialidade
- 3.2.17. Princípio da Seletividade
- 3.2.18. Princípio da Não-Cumulatividade
- 3.2.19. Princípio da Transparência Fiscal
- 3.2.20. Princípio Poluidor Pagador

3.3 Imunidades

4 COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA E LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

4.1 Competência para legislar sobre Direito tributário e competência tributaria – diferenças:

- 4.1.1 Competência para legislar sobre Direito Tributário
- 4.1.2 Características e classificação da competência tributária
- 4.1.3Bi tributação
- 4.1.4 Bs in idem

4.2 Legislação tributária

4.3 Vigência e aplicação da legislação tributaria no tempo e no espaço

- 4.3.1 Aplicação da legislação tributaria
- 4.3.4 Interpretação e integração da legislação tributaria

5 - OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

5.1 Definição, divisão, fontes, elementos

5.2 Fato Gerador

- 5.2.1 Evasão, Elisão e Elusão tributária
- 5.2.2 Obrigação tributária principal e acessória
- 5.2.3 Sujeição tributária ativa e passiva/ solidariedade
- 5.2.4 Capacidade Tributária passiva
- 5.2.5 Domicilio Tributário

6 RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

- 6.1 Classificação da responsabilidade tributária
- 6.2 Denuncia espontânea
- 6.3 Substituição tributária
- 6.4 Responsabilidade por retenção do Imposto de renda
- 6.5 Tributos Ambientais

7 CRÉDITO TRIBUTÁRIO E LANCAMENTO

7.1 Constituição

- 7.2 Modalidades de lançamento
- 7.3 Suspensão da exigibilidade do credito tributário
- 7.4 Extinção do credito tributário
- 7.5 Exclusão do credito tributário

8 ADMINISTRAÇÃO TRIBUTARIA

- 8.1 Fiscalização
- 8.2 Dívida ativa
- 8.3 Certidões negativas

9. IMPOSTOS EM ESPECIES

- 9.1 Impostos federais e contribuições :
 - 9.1.1 Imposto sobre a importação
 - 9.1.2 Imposto sobre a exportação
 - 9.1.3 Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza
 - 9.1.4 Imposto sobre produtos industrializados
 - 9.1.5 Impostos sobre operações financeiras
 - 9.1.6 Imposto sobre a propriedade territorial rural
 - 9.1.7 Imposto Extraordinario de Guerra
 - 9.1.8 Imposto sobre grandes fortunas
 - 9.1.9 CSSL
 - 9.1.10 COFINS
 - 9.1.11 PIS/ PASEP
- 9.2 Impostos estaduais:
 - 9.2.1 Imposto sobre a transmissão causa mortis e doação
 - 9.2.2 Imposto sobre a circulação de mercadorias e prestação de serviços
 - 9.2.3 Impostos sobre a propriedade de veículos automotores
- 9.3 Impostos municipais
 - 9.3.1 Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana
 - 9.3.2 Imposto sobre a transmissão de bens imóveis
 - 9.3.3 Impostos sobre serviços de qualquer natureza
- 9.4 Simples nacional

METODOLOGIA

1. Aulas expositivas interativas, fundadas no debate em sala de aula
2. Interpretação de Artigos
3. Apresentação de Seminários pelos Alunos
4. Debates acerca de temas previamente selecionados, visado o entendimento da Lei, da Doutrina e da Jurisprudência.

AVALIAÇÃO

A avaliação do aluno será feita na forma do regimento da faculdade, observando o desempenho acadêmico de cada aluno de forma constante tendo como referenciais as atividades realizadas, a assiduidade e a participação nas aulas.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BALEEIRO, Aliomar. Direito Tributário Brasileiro. 12.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012

HARADA, Kiyoshi, Direito Financeiro e Tributário. 22.ed.. São Paulo, Atlas, 2012.

SABBAG, E. Manual de direito tributário. 6.ed.São Paulo: Saraiva, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AMARO, Luciano, Direito Tributário Brasileiro, 16 ed. São Paulo, Saraiva, 2010

BORGES, Humberto Bonavides. Gerência de Impostos. 7.ed.São Paulo. Atlas. 2011.

BRASIL . Código Tributário Nacional. 43.ed.São Paulo: Saraiva, 2014.

CAMPOS, F.R. et al. Tributação ambiental: os tributos sob a ótica do direito ambiental e tributário e seus efeitos. Revista de Direito Público, Londrina, v. 3, n. 2, p. 229-234, mai/ago. 2008.

MACHADO, Hugo de Brito, Curso de Direito Tributário, 33.ed., Malheiros Editora, 2012.

MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. Direito tributário e financeiro. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINS, Ives Gandra da Silva, O Sistema Tributário na Constituição, 6ª ed, São Paulo, Saraiva 2007.

Biblioteca eletrônica recomendada: Site: www.scielo.br

COLEGIADO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS